

NOTAS SÓBRE A
"TEORIA DA
DEPENDÊNCIA":
TEORIA DE CLASSE OU
IDEOLOGIA NACIONAL? (*)

FRANCISCO C. WEFFORT

(*) Este texto constitui uma versão modificada de uma comunicação com o mesmo título apresentado pelo autor ao 2.º *Seminário Latinoamericano para el Desarrollo*, promovido pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), sob patrocínio da UNESCO, em novembro de 1970, (Santiago, Chile).

INTRODUÇÃO

A noção de "país dependente" tornou-se de uso corrente nos estudos sobre a América Latina. Quem se dedique à leitura do que se tem produzido na sociologia latinoamericana nos últimos quatro ou cinco anos, não terá dúvidas em reconhecer a crescente difusão alcançada pela idéia de uma dependência estrutural dos países latinoamericanos em relação aos "países centrais". Contudo, quanto mais se amplia o uso desta noção, tanto mais se faz necessária uma indagação sobre seu significado. De que se trata, precisamente? É razoável supor que se pretende mais do que oferecer um novo rótulo para a velha idéia de "país semi-colonial". Contudo, se se pretende propor um novo conceito, qual seu estatuto teórico? Se se trata de uma nova teoria sobre o desenvolvimento latinoamericano, como se articula com a teoria geral do sistema capitalista? Ou se trata apenas, hipótese que me parece mais provável, de apresentar não uma teoria, mas uma problemática?

Perguntas deste tipo parecem-me até certo ponto inevitáveis diante da difusão conquistada pela idéia de "dependência". Contudo, antes de passar a estas questões que constituem o objeto destas "Notas", haveria a observar que a simples difusão desta noção representa, num ponto pelo menos, um papel renovador. Refiro-me à função crítica que esta concepção de uma peculiaridade estrutural dos países latinoamericanos exerceu no âmbito de uma tradição de idealização teórica das "sociedades avançadas" como padrão universal do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, as idéias sobre a dependência constituíram-se, por certo, num fermento intelectual na medida em que, afirmando a especificidade da formação histórica latinoamericana em contraste com a

formação dos "países centrais", questionaram de maneira mais ou menos global o que se tinha por estabelecido nas teorias convencionais do desenvolvimento capitalista.

Contudo, há certos aspectos que merecem consideração e que transformam a noção de "dependência" em objeto de discussão. É evidente que nem sua difusão nem sua força crítica constituem garantia suficiente de sua qualidade como conceito científico; a difusão pode dever-se exatamente à sua imprecisão como conceito, do mesmo modo que a capacidade crítica pode derivar de sua conotação ideológica (de tipo nacionalista ou de tipo socialista nacional) mais do que de suas virtudes científicas.

Pretendo chamar a atenção para um problema já mencionado por Quijano: o conceito de dependência "corre el riesgo de ser manipulado en función de construcciones ideológicas y no científicas, o de ocupar el sitio de un *deus-ex-machina* que da todo por explicado quando, precisamente se hace necesaria la explicación concreta" (1). Dêste ponto de vista, não é improvável que esteja ocorrendo com esta noção algo parecido ao que tem ocorrido com outras concepções de caráter global sobre os países latinoamericanos (*). Por exemplo, há algum tempo atrás, alguns conceitos de caráter igualmente abrangente (como os de *subdesenvolvimento*, *desenvolvimento nacional*, etc.) eram usados (e continuam sendo) em contextos teóricos os mais diversos, indício seguro de que assumiam significados distintos que, contudo, tendiam a ser obscurecidos debaixo de uma aparente concepção comum a respeito da sociedade latino-americana. Parece-me claro que a ambigüidade da linguagem teórica dava lugar, naquela época, a um sentimento autocomplacente de consenso que, em realidade, inexistia na teoria como na prática política. De algum

(1) QUIJANO, A. — *Redefinición de la dependencia y proceso de la marginalización en América Latina*. Santiago, 1970, p. 27. mimeo.

(*) A noção de "dependência" tem um caráter global na medida em que, como se poderá verificar nas partes seguintes dêste trabalho, é concebida como uma relação ou, alternativamente, como um atributo que afetaria a cada sociedade latinoamericana concebida, de alguma forma, como um conjunto. Isto não significa, é importante assinalar, que se trata de uma noção totalizante de caráter dialético.

tempo para cá a referência à *dependência* começou a substituir, modificar ou simplesmente complementar a referência ao subdesenvolvimento, entre intelectuais como entre algumas correntes políticas. Se houve algum ganho na passagem (e eu creio que algum houve) não estou muito seguro que tenha sido de clareza teórica ou política.

Minha sugestão é que seria desejável submeter esta noção a um reexame antes que nos percamos de nôvo na ilusão de um falso consenso. Creio ser necessário que esta idéia, que desempenhou uma importante função crítica, seja submetida a um debate antes que termine por confundir, seja por imprecisão, seja por excesso de generalidade, os problemas muito reais e muito importantes para os quais ela própria aponta. Pois não se trata, evidentemente, apenas de uma questão de precisão terminológica, nem mesmo de uma questão apenas teórica.

Segundo me parece, os sociólogos que se têm ocupado com o tema (entre os quais cabe mencionar Garcia, Frank, Cardoso, Faletto e Quijano) oferecem aos estudos sobre a América Latina duas contribuições importantes. A primeira é fácil de reconhecer, pois os próprios autores a "reivindicam" de maneira clara e explícita: refiro-me à crítica das teorias convencionais do desenvolvimento capitalista. A segunda indica, pelo contrário, o campo onde as coisas são mais obscuras e onde, portanto, cabe proceder ao debate. Trata-se, precisamente, de saber: com que ficamos depois da crítica? Com um nôvo conceito e uma nova teoria ou apenas com uma nova ideologia? Com referência a estas perguntas, creio que o mérito daqueles teóricos é, em realidade, maior pelos problemas que suscitaram do que pelas tentativas, de resto bastante ocasionais em muitos dêles, de resolver problemas antigos. Um dêstes problemas novos merece atenção especial: se admitimos que as teorias convencionais do desenvolvimento capitalista nacional falharam, como então determinar as relações entre classe (e relações de produção) e Nação no processo do desenvolvimento do capitalismo na América Latina? Chamo a atenção para o fato de que o problema não se refere apenas às estruturas econômicas do processo de acumulação, nem é apenas um problema

teórico. Em realidade, êle diz respeito também ao nível da política: se as burguesias nacionais falharam ou inexistiram, qual o papel da *temática nacional* no âmbito das relações políticas e ideológicas entre as classes? A noção de "dependência" aponta para problemas dêste tipo, mas isto não quer dizer que os resolva. Pelo contrário, parece-me bastante real o risco já indicado por Quijano. A noção de "dependência", no mesmo momento em que sugere a existência de problemas reais, pode confundir-nos, precisamente porque aparece, não apenas como uma indicação de sua existência, mas também como um princípio de explicação científica. Se é assim, creio que o encaminhamento dos temas mencionados passa obrigatoriamente pela crítica da própria noção de dependência. Estas notas não têm outro objetivo que o de sugerir alguns tópicos para êste debate.

DEPENDÊNCIA: CLASSE E NAÇÃO

A noção de "dependência", entendida em um sentido global como indicando a "especificidade estrutural" dos países latinoamericanos, não é de molde a facilitar as tentativas de uma conceituação rigorosa. O que, evidentemente, dificulta não apenas sua utilização científica, mas também sua crítica. É possível, porém, indicar com alguma precisão o campo dos problemas que a noção refere e estes são exatamente o das relações econômicas e políticas entre Nação e classe (relações de produção). Pode-se dizer, além disso, que buscando indicar em forma globalizante estes dois níveis de problemas, a idéia de "dependência" parece padecer de uma inevitável ambigüidade teórica.

Vários dos autores que se têm ocupado com o assunto indicam possuir consciência da ambigüidade do conceito e trataram de fato de solucioná-la. É assim que alguns deles trataram de elaborar dois conceitos diferentes: *dependência externa*, indicando as relações da Nação com os "países centrais", e *dependência estrutural*, noção mais complexa, que nomeia ao mesmo tempo as relações externas e seus efeitos estruturais internos sobre as classes e as relações de produção.

Se esta é uma solução correta é questão a discutir; minha opinião é que a ambigüidade não se resolve dêste modo e que os dois "conceitos" são, pelo menos na forma em que são propostos, dois pólos de variação de uma mesma idéia.

Recorro de novo a Quijano, que me parece o mais próximo de uma caracterização radical e rigorosa da ambigüidade a que me refiro. Preocupado não apenas com a imprecisão do conceito, mas também com a ex-

plicação das tendências teóricas e ideológicas que aparecem no âmbito da temática da dependência, Quijano considera que "la noción misma de "dependencia" aparece manejada en, por lo menos, dos encuadres teóricos radicalmente distintos. De un lado, el que se refiere a la subordinación nacional respecto de los países hegemónicos y para el cual por lo mismo, la noción de dependencia cumple una función de denuncia y no de explicación científica de los procesos históricos latino-americanos y del cual está ausente el problema de la dominación social que la relación inter-nacional embosca (...). De outro lado, el que se refiere a las leyes históricas que rigen el sistema de dominación nacional — esto es, dentro de la Nación — y sus relaciones con las que rigen el sistema capitalista en su conjunto y para el cual, por lo tanto, el problema central es el de las relaciones de dominación en que se organizan las relaciones de producción y las relaciones político-sociales y donde el problema nacional es función de esa matriz problemática" (2).

O autor refere-se ao que chama de "encuadres teóricos" da noção de "dependência", não propriamente ao conteúdo desta noção. De qualquer modo, é claro que no primeiro caso se colocaria a noção de dependência *externa* à Nação e no segundo a idéia, com a qual o autor se identifica, da dependência concebida como relação estrutural *externa-interna*. É também na linha desta segunda acepção que se definem Cardoso e Faletto: "A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo" (3). Frank, por sua vez, embora mantendo a expressão "subdesenvolvimento" raciocina em termos similares. Referindo-se ao objetivo de seu livro, recusa estar tratando apenas da relação externa e afirma: "the thesis of the book (...) is precisely that in chainlike fashion the external contradictions of expropriation/appropriation and metropolis/satellite polarization totally

(2) QUIJANO, A. — op. cit., p. 26.

(3) CARDOSO, F. H. e FALETTI, E. — *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio, Zahar 1970, p. 27.

penetrate the underdeveloped world creating an "internal" structure of underdevelopment" (4).

Penso que estas citações indicam o plano em que aparecem as dificuldades. Por certo, a noção de "dependência estrutural" não é precisamente a mesma nos três casos. Contudo, em todos ela mantém suas pretensões globalizantes: em Quijano, porque a noção indica "las leyes historicas que rigen el sistema de dominación nacional (...) y sus relaciones com las que rigen el sistema capitalista en su conjunto"; em Cardoso e Faletto, porque alude nada menos que às vinculações (internas e externas) entre sistema econômico e sistema político; em Frank, porque as determinações externas "totally penetrate" o país subdesenvolvido, criando uma estrutura interna de subdesenvolvimento.

Dêste modo, permanece em qualquer dos três casos o problema de como combinar a dependência externa (âmbito das relações entre as Nações latinoamericanas e os "países centrais") e a dependência interna (âmbito das relações de produção e de classe no interior das Nações latinoamericanas).

Exatamente porque os autores optam pela acepção da "dependência" como relação estrutural externa/interna, não resolvem de fato a ambigüidade do conceito, mas simplesmente a reproduzem em outra forma. O problema central é o de saber como se livram das críticas que eles próprios fazem à primeira acepção (dependência externa) como sendo de natureza ideológica. E a incorporação da dimensão externa é obrigatória pois, de outro modo, teria algum sentido falar das relações internas como de relações de dependência? (*).

(4) FRANK, A. G. — *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. Modern Readers Paperbacks, 1969, p. XII.

(*) As críticas aos componentes ideológicos da noção de "dependência externa" estão explicitadas apenas em Quijano, mas estão igualmente presentes, quando menos em forma implícita, nos outros autores. A ênfase na dependência externa cumpriria uma função ideológica na medida em que indicaria a necessidade de independência nacional, sem a ruptura concomitante das relações de dominação (internas) de classe. Nesta medida ela pertenceria ao campo de uma ideologia de tipo nacional-burguês, que se recusa a ver os vínculos existentes entre o sistema internacional de dominação e a estrutura de classes vigente nos países latinoamericanos. Do ponto de vista de uma análise ideológica, o problema que se coloca é o saber em que medida os teóricos da "depen-

A imprecisão da noção de dependência, em qualquer das acepções mencionadas, está em que ela oscila, irremediavelmente do ponto de vista teórico, entre um *approach* nacional e um *approach* de classe. No primeiro, o conceito de Nação opera como uma premissa de toda a análise posterior das classes e relações de produção; ou seja, a atribuição de um caráter nacional (real, possível ou desejável) à economia e à estrutura de classes, joga um papel decisivo na análise.

No segundo, pretende-se que a dinâmica das relações de produção e das relações de classe determine, em última instância, o caráter (real) do "problema nacional" (*). Um exemplo claro do primeiro *approach* é oferecido pelas teorias convencionais do desenvolvimento — predominantes desde o pós-guerra e envolvendo tendências diferentes entre si como o pensamento da Cepal, de grande parte dos marxistas e dos sociólogos da modernização (***) — onde se parte da suposição de que a Nação circunscreve o espaço das relações econômicas e sociais de tal modo que a observação dos "países avançados" permitiria prever o caminho a ser seguido em seu desenvolvimento pelos "países atrasados".

Os teóricos da dependência, segundo me parece, *tendem* para o segundo *approach*, mas *partem* do primeiro. Tratam de criticar este segundo *approach* por dentro, ou seja, a partir das premissas que ele apresenta. O mérito de seus trabalhos como críticos não nos deve

dência estrutural" rompem efetivamente com os mencionados marcos ideológicos. Minha impressão é que esta noção que engloba ao mesmo tempo as relações externas e internas é, deste ponto de vista, apenas uma versão mais radical dentro do mesmo campo ideológico. Se no caso anterior se pode falar de nacionalismo (burguês) reformista, aqui o caso me parece tipicamente de nacionalismo (pequeno-burguês) radical.

(*) Nesta qualificação de *approaches* teóricos vai uma única diferença importante em relação àquela já feita por Quijano: não creio que caiba numa perspectiva teórica que toma como ponto de partida as relações de classe uma noção global de "dependência estrutural". Se tomarmos a rigor a idéia correta de que as relações de classe determinam o caráter do "problema nacional", a noção de dependência deverá ser especificada em cada caso de maneira concreta.

(**) Refiro-me a *tendências* dentro do marxismo e da teoria da modernização. A meu ver, a Nação não é premissa teoricamente necessária em qualquer destas linhas teóricas, embora estivesse contida em muitos dos autores que as seguiram na América Latina. Nestas notas, detenho-me a considerar o problema do ponto de vista do marxismo.

fazer esquecer que são muitas vèzes prèsa das premissas que querem destruir. Frank, por exemplo, seguindo a linha dêste outro extraordinário crítico que foi Paul Baran, equaciona a "dependência estrutural" (ou o "subdesenvolvimento estrutural") *bàsicamente pela relação externa* e êle próprio observa a ausência, em seu livro, de uma "adequate analysis of the class structure in Latin America" (5). É no livro de Cardoso e Faletto que se pode encontrar a tentativa mais ousada de uma combinação entre as relações externas e as relações internas, de tal modo que partes substanciais são dedicadas à análise, fecunda sob muitos aspectos, das relações de classe. Parece-me, aliás, que boa parte de suas análises de classe mantêm-se como tais sem necessidade de uma noção superenvolvente de dependência como apoio. A premissa nacional, porém, está explicitada de tal modo que a Nação (seja como realidade, possibilidade ou projeto) passa a ser um ponto básico para a articulação de sua teoria. Valeria repetir que isto ocorre de modo inevitável; de outro modo não vejo como se poderia conceber a idéia de "dependência estrutural" como relação interna/externa.

No caso de Cardoso e Faletto, a presença da premissa nacional está dada principalmente ao nível político pela idéia de Estado-Nação. Seria útil acompanhar alguns passos da análise procedida por êstes autores para se verificar como o critério nacional aparece no corpo da teoria. Definindo sua perspectiva de pesquisa, dizem que é necessário analisar "como as economias subdesenvolvidas vincularam-se històricamente no mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe" (6). Trata-se, portanto, de atingir as relações externas e internas de forma global e concomitante. Assim, o programa da análise das relações entre as classes é proposto nos seguintes têrmos: "*cada forma històrica de dependência produz um arranjo determinado entre as classes, não estático, mas de caráter dinâmico. A passagem de um para outro modo de dependência, considerada sempre em*

(5) FRANK, A. G. — op. cit. p. XXII.

(6) CARDOSO e FALETTO — op. cit. p. 26.

uma perspectiva histórica, deve ter-se fundado em um sistema de relações entre classes ou grupos gerados na situação anterior” (7). Isto, contudo, não nos permite considerar estas classes e grupos como passivos, pois são eles que, em contrapartida, “tornam possível” a dependência: “*se a nova forma de dependência tem explicações anteriores à Nação, por outra parte a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência*” (8).

Desta maneira, Cardoso e Faletto *esboçam a ambi-
güidade “externo-interno” como constitutiva da “situação
de dependência”* (ou melhor, constitutiva de seu conceito da dependência entendida como determinação fundamental e específica das sociedades latinoamericanas). Mas é em outro momento que esta ambigüidade aparece explicitamente formulada e em termos mais próximos dos que interessam à questão Nação-classe (ou relações de produção): “Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma Nação — como no caso das lutas anti-colonialistas — o centro político de ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. Nisso radica, talvez, o núcleo da problemática sociológica do processo nacional de desenvolvimento na América Latina” (9). Mais adiante, reafirmando a concomitância da premissa nacional e da premissa de classe, acrescentam: “a interpretação geral aqui sustentada salienta que essa ambigüidade é típica da situação de subdesenvolvimento e que, portanto, é necessário elaborar conceitos e propor hipóteses que expressem e permitam compreender o subdesenvolvimento sob essa perspectiva fundamental. Esta deve realçar a *contradição entre a Nação concebida como uma unidade social relativamente autônoma* (o que obriga, portanto, referir-se de maneira constante à situação interna de poder) e o *desenvolvimento considerado como processo logrado ou que se está*

(7) Idem. — op. cit. p. 35 (grifos meus, F.C.W.).

(8) Idem. — op. cit. p. 36 (grifos meus, F.C.W.).

(9) CARDOSO e FALETTO — op. cit. p. 30.

CEBRAP - BIBLIOTECA
logrando através de vínculos de novo tipo com as economias centrais" (10).

A pergunta que se poderia colocar para os autores é a seguinte: trata-se de uma contradição real ou de ambigüidade do conceito que pretende definir uma perspectiva globalizante tomando a idéia de Nação como uma de suas premissas? Concordo que a existência de países (Nações) economicamente dependentes e politicamente independentes constitui uma "problemática sociológica" importante. Mas tenho minhas dúvidas se a reprodução do problema no plano do conceito ajuda a resolvê-lo. Por exemplo, terá existido na quase completa integração argentina ao mercado internacional no século XIX uma contradição real entre Estado Nacional e mercado internacional? Não foi o próprio Estado Nacional argentino no pleno uso de seus atributos de soberania um dos fatores desta incorporação? Para estender um pouco mais o exemplo: é evidente que a oligarquia controlava o Estado mas quem dava à Argentina desta época seu sentido como Nação, senão a própria oligarquia? A existência do Estado-Nação, com seus atributos políticos de autonomia e soberania, não é razão suficiente para pensarmos que se instaure uma contradição Nação-mercado no país que integra o sistema econômico internacional. Pelo contrário, em dadas condições sociais e políticas internas (que só podem ser resolvidas por uma análise de classe), os grupos que detêm a hegemonia, ou seja, que dão conteúdo à idéia de Nação, podem usar a autonomia política para a integração econômica internacional.

Em realidade, não creio que a referência ao conceito de Estado-Nação seja premissa segura para a caracterização de um conceito que nos daria o princípio de entendimento da sociedade, como conjunto. Pretendo sugerir que se faz necessária uma opção para um *approach* que, ao contrário de desconsiderar a "questão nacional", trate de equacioná-la em termos rigorosos. Na minha opinião, a ambigüidade Classe-Nação, presente na "teoria da dependência", deverá resolver-se em *termos de uma perspectiva de classe, para a qual nem existe uma "questão nacional" em geral (ou dependência em geral) no sistema capita-*

(10) Idem — op. cit. p. 37 (grifos meus, F.C.W.).

lista, nem a Nação é concebida como um princípio teórico explicativo. A importante problemática histórica, referida anteriormente por Cardoso e Faletto, só existe como problemática teórica, na suposição (que nem a teoria marxista nem a teoria da modernização contêm de forma necessária) de que devesse haver uma coerência fundamental, do ponto de vista de um critério de autonomia nacional, entre os níveis econômicos e políticos. Suposição inaceitável teoricamente, pois significaria o mesmo que tomar a Nação como um dado anterior e irreduzível à ciência, ou seja, como um absoluto.

“TEORIA DE DEPENDÊNCIA” OU TEORIA DO IMPERIALISMO?

É bastante simples enumerar o que a “teoria da dependência” critica; e neste aspecto ela me parece basicamente correta. Minha impressão, porém, é que a crítica é incompleta no plano teórico e insuficiente no plano político-ideológico. Ela é dirigida sobretudo contra a transposição mecânica de modelos europeus (ou americanos), os quais inspiram as teorias convencionais do desenvolvimento capitalista que tiveram predominância durante décadas na América Latina. Evidentemente, não é a primeira vez que se fazem críticas a estas teorias, por exemplo, ao dualismo, à noção de burguesia nacional, etc. Contudo, estas eram críticas parciais. A novidade da “teoria da dependência”, e também a raiz de sua maior dificuldade, é a de indicar uma perspectiva global para a articulação do conjunto das críticas parciais.

Não obstante, parece-me que a crítica cometeu o equívoco de conceder em dois pontos que constituem pedra de toque das teorias convencionais do desenvolvimento: primeiro, aceitou, embora de forma mais ou menos vaga, a idéia de “modelo clássico europeu” do desenvolvimento capitalista; segundo, aceitou que estes “modelos” estariam circunscritos ao âmbito da Nação.

“Os países industrialmente mais desenvolvidos nada mais fazem que colocar diante dos países menos avançados o espelho de seu próprio futuro”. Esta frase de Marx, comparando a Inglaterra capitalista com a Alemanha “atrasada”, serve de ilustração para a idéia de “países-modelo”, ao mesmo tempo que indica sua gênese, pelo menos no campo do marxismo. Não importa discutir aqui se esta frase contém ou não um equívoco de ordem histórica. Relevante é observar que se Marx cometeu

algum equívoco na comparação entre aquêles países, êle não se equivocou na teoria (*). É um dos supostos mais conhecidos de sua teoria econômica a desconsideração da existência de Nações. Assim, no âmbito teórico, o "país clássico", a Inglaterra, funciona meramente como exemplo para uma investigação teórica das leis gerais do sistema capitalista, concebido como universal.

Onde a idéia de "modelos clássicos europeus" fêz maiores estragos foi no campo da teoria política da passagem do sistema feudal ao capitalismo industrial. Um exemplo disto é a versão corrente da teoria da "revolução democrático-burguesa" que designava na França revolucionária o "modelo clássico" daquela transição (modelo que, porém, conta também com aspectos econômicos extraídos do exemplo da revolução industrial inglêsa). Trata-se, para resumir, da noção de uma burguesia industrial que, apoiada no campesinato e nas massas urbanas, se volta contra o Estado absoluto que garante uma ordem de privilégios em favor de uma aristocracia de base agrária e feudal. É possível que esta idéia se aproxime razoavelmente do processo de transição revolucionária exemplificado pelo caso francês, mas é seguro que não consegue dar conta plenamente dos demais casos de revolução burguesa já havidos. Parece certo que, se uma teoria da "revolução democrático-burguesa" pode constituir-se, ela só poderá funcionar a um nível bastante elevado de abstração, para dar conta dos resultados finais, ou como diriam os marxistas clássicos, das "tarefas burguesas" que consistiriam no estabelecimento da democracia política e na consolidação da economia capitalista. Seria, portanto, uma teoria do sistema político burguês e de suas relações com a economia, mais do que explicação do processo histórico-estrutural da transição ao capitalismo. Acompanhando a brilhante análise de Barrington Moore, percebe-

(*) Aquela célebre frase transformou-se, para muitos, numa espécie de princípio teórico do marxismo. Seguramente, o próprio Marx utilizou esta idéia em suas análises históricas, pois foi contemporâneo da formação dos Estados nacionais no continente europeu e estava consciente da importância dêstes para o desenvolvimento capitalista. A propósito, seu erro de previsão no curso da revolução alemã de 1848 foi exatamente o de pretender ver reproduzida na Alemanha o esquema da revolução francesa. Contudo, nada disso deveria servir como argumento teórico, pois sua posição a êste nível é bastante clara.

se que o "modelo clássico" desta transição nunca existiu em realidade (11). Elementos como ditadura/democracia, burguesia/aristocracia, campesinato/operariado, etc. combinaram-se das mais diversas maneiras nos processos políticos de transformação das sociedades agrárias em sociedades capitalistas industriais. Sobretudo, não é certo, na variedade destas situações históricas de transição ao capitalismo, que a burguesia tenha sido sempre o ator principal, nem a democracia a forma política predominante. Segundo me parece, a permanência da versão corrente sobre a "revolução democrático-burguesa" se explica mais pelo impacto mundial da Revolução Francesa e da Revolução Industrial (além, é óbvio, da estratégia tradicional dos Partidos Comunistas), que por uma observação histórica criteriosa das revoluções burguesas. Dêste ponto de vista, me parece que o equívoco da aceitação da idéia dos "modelos clássicos europeus" conduziu a "teoria da dependência" a uma batalha contra moinhos de vento, muito importante como desmistificação ideológica, mas muito precária em seus resultados científicos.

Quanto à segunda concessão mencionada — e que se refere ao caráter nacional do desenvolvimento capitalista "clássico" — é preciso registrar aqui um argumento em favor da seriedade com que os "teóricos da dependência" trataram a mitologia dos "modelos clássicos europeus". É certo que tôdas as revoluções burguesas — as democráticas e as não-democráticas — estabeleceram ou consolidaram processos de "desenvolvimento capitalista nacional".

Contudo, é importante chamar a atenção para o fato de que o exame da diversidade das revoluções burguesas coloca questões mais complexas: a desqualificação da idéia de "modelos clássicos europeus" coloca diretamente o problema de como combinar *no plano da teoria* a expansão das relações capitalistas de produção com as formas políticas através das quais esta expansão se realiza. Com referência à forma política *nacional* do desen-

(11) MOORE, Barrington — *Social origins of dictatorship and democracy*, London, Penguin, 1967, Part Three. Sobre este ponto, ver também POULANTZAS, Nicos — *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris, Maspero, 1968.

volvimento caberia considerar, com efeito, se esta não é hoje uma forma superada.

Ter-se-ia estancado a capacidade de "invenção" política do sistema capitalista em seu processo de expansão? As primeiras revoluções burguesas (Inglaterra, Estados Unidos, França) fizeram-se sob formas democráticas; as demais, em "países atrasados" como a Alemanha e o Japão, renunciaram à democracia. Não seria possível admitir que em países ainda mais "atrasados", como alguns países latinoamericanos, o capitalismo estivesse "renunciando" às suas formas *nacionais* originárias de expansão? (*)

Os problemas discutidos repercutem diretamente sobre a questão das possibilidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. Segundo me parece, o catastrofismo típico da "teoria da dependência" (exceção feita a Cardoso e Faletto, vide nota anterior) tem origem no equívoco de tomar a sério os "modelos clássicos". E, aqui, a relevância político-ideológica das questões tratadas pela "teoria da dependência" aparece plenamente. Frank, que foi quem mais carregou sobre estes aspectos, diz o seguinte: "if, as the study suggests, no part of the economy is feudal and all of it fully integrated into a single capitalist system, then the view that capitalism must still penetrate most of the countryside is scientifically unacceptable and the associated political strategy of supporting the bourgeois democratic revolution — is politically disastrous" (12). De minha parte, aceito a conclusão política, inclusive porque a burguesia nunca mostrou grande interesse nesta revolução, mas tenho minhas dúvidas sobre as premissas teóricas: o escravismo moderno também foi uma resultante da expansão do capitalismo no Novo Mundo e, não obstante, o próprio capitalismo o substituiu por outra forma de exploração

(*) Esta pergunta tem um antecedente, me parece, no chamado "modelo canadense". Tem um antecedente também na última parte do livro de Cardoso e Faletto que trata da "internacionalização do mercado interno", onde os autores estiveram no limite de abandonar a idéia de Nação como premissa teórica e passar, de forma radical, a uma perspectiva informada, sem a ambigüidade das primeiras partes, nas relações de produção e nas relações de classe. Transição que poderia ter significado o reequacionamento dos problemas tratados anteriormente na obra.

(12) FRANK, A. G. — Op. cit. p. XIII e XIV.

capitalista. Frank foi quem mais fez no sentido da crítica da aplicação da teoria da “revolução democrático-burguesa” e da teoria do desenvolvimento capitalista nacional, mas provavelmente foi ele quem se apegou mais, no plano teórico, aos supostos nacionais destas teorias. Dêste modo, existe em suas análises uma perspectiva cataclísmica em relação às possibilidades do capitalismo que se acha sempre subordinada ao âmbito nacional: “because of capitalism, Chile’s economy was already underdeveloping through the three centuries before independence. And, if innate contradictions of capitalism continue to operate in Chile today (...) then no kind of capitalist development. be it toward the outside or toward the inside can save Chile from further underdevelopment. Indeed, if dependent and underdeveloped development toward the outside has been ingrained in the Chilean economy since the conquest itself, then the supposed option for independent national capitalist development toward the inside, did not even exist in nineteenth century; much less does it exist in reality today” (13). A questão que se coloca é a seguinte: a falência do capitalismo *nacional* na América Latina, com a qual eu concordo por razões semelhantes às de Frank, significa a falência do capitalismo *em geral* na América Latina?

É ao nível das relações de produção, onde não há qualquer razão para assumir a forma nacional como necessária, que a questão das possibilidades do desenvolvimento do capitalismo (e alternativamente a questão das possibilidades da revolução socialista) na América Latina deve ser colocada. Do mesmo modo, é a este nível que seria possível tentar encontrar algum lugar teórico definido para o “problema nacional” apontado pela “teoria da dependência”. Além disso, é a este nível que os problemas propostos pela “teoria da dependência” podem encontrar solução em alguma teoria realmente explicativa. É onde também se pode obter alguma sugestão para entender as concessões feitas aos “modélos clássicos” e às suas premissas nacionais. Neste ponto, o que me parece necessário (por mais que se fale em dependência interna) é voltar à velha questão da dependência ex-

(13) FRANK, A. G. — Op. cit. p. 6.

terna. Em outras palavras, de fato a "teoria da dependência" gira em torno de algum tipo de *teoria do imperialismo*. A questão é saber: que tipo de teoria? Socialista ou pequeno-burguesa radical?

Frank, mais interessado que Cardoso e Faletto, na determinação externa, é também quem tenta uma análise de caráter econômico para fundar sua teoria. Segue uma sugestão de Baran que se torna realmente central em seu argumento e assim compromete boa parte de seus resultados: o conceito de "excedente potencial". Um dos problemas centrais de Baran é explicar a diferença existente entre países pobres e países ricos através da história da relação entre ambos. Contudo, seu *approach* não é apenas histórico, pois opera conceitualmente e trata de deslindar a estrutura daquelas relações. Cabe, portanto, referir o conceito que jogará um papel central em sua análise, como também na análise de Frank: a noção de "excedente potencial" refere-se "à diferença entre o produto social que *poderia* ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que se pode considerar como consumo indispensável. A transformação desse excedente potencial (*) em efetivo pressupõe a reorganização mais ou menos drástica da produção e distribuição do produto social e implica profundas mudanças de estrutura da sociedade" (14). Trata-se, portanto, como o próprio Baran esclarece, de noção diferente da categoria marxista da mais-valia. De minha parte, creio que a diferença é mais profunda do que pensa Baran (15); não diz respeito apenas à parcela do produto que cada uma delas designa, mas ao fato de que a mais-valia é um conceito dentro de um sistema teórico-científico, enquanto, que o excedente potencial possui tôdas as características do juízo de valor de um crítico humanista diante do sistema econômico. É, em

(*) São concebidas como formas de excedente potencial o consumo supérfluo, o trabalho improdutivo, o desperdício por irracionalidade da produção e o desemprego resultante da anarquia da produção e da deficiência da procura.

(14) BARAN, Paul — *A Política do Crescimento Econômico*, Rio, Zahar, 1964, p. 76.

(15) Idem, — op. cit. p. 76, v. nota 3.

realidade, quase um programa crítico completo. A partir de que critérios se poderia operar com o conceito? Baran responderia: "*a razão objetiva é o único critério pelo qual é possível julgar a natureza de uma organização sócio-econômica, sua capacidade em contribuir para a manifestação geral das potencialidades humanas e para o seu crescimento*" (16). Em realidade, Baran anda mais próximo das teorias do socialismo utópico que do marxismo.

Cabe perguntar se com este conceito já não temos os resultados da pesquisa sobre as possibilidades do desenvolvimento capitalista, antes mesmo de começá-la. A tese de Baran poderia expressar-se do seguinte modo: "É o estrangulamento econômico dos países coloniais e dependentes pelas potências imperialistas que impede o desenvolvimento do capitalismo industrial e nacional" (17). Baran trata de aplicar a tese ao caso da Índia, realmente um dos países mais notoriamente explorados pelo imperialismo, nos seguintes termos: "Não pode haver dúvida de que se o montante do excedente econômico que a Inglaterra extraiu da Índia tivesse sido investido nesta última, o desenvolvimento econômico indiano teria hoje pouca semelhança com o sombrio quadro que constitui a realidade" (18). O raciocínio sobre a Índia poderia ser generalizado seguramente a todo e qualquer país colonizado. Contudo, parece claro que não é desse modo que as coisas deveriam ser colocadas. Não tenho dúvidas de que o imperialismo, normalmente, extrai um excedente dos países onde aplica seus capitais, simplesmente porque de outro modo seria impossível entender sua contínua expansão. É igualmente claro que este excedente beneficia o desenvolvimento do país imperialista de alguma forma (e este, como veremos, era um dos pontos importantes na teoria de Lenin). Contudo, a questão é primeiro saber se esse mesmo excedente teria sido gerado naquele país na ausência da expansão imperialista; segundo, na hipótese positiva, se este excedente teria tido, nas condições sociais e econô-

(16) Idem, — op. cit. p. 81.

(17) Idem, — op. cit., p. 272 (grifos meus, F.C.W.).

(18) BARAN, Paul — op. cit. p. 216.

micas reais da sociedade hindu, aplicação como investimento em prol do desenvolvimento "industrial e nacional". A propósito, Marx em seus escritos sobre a Índia opinaria provavelmente o contrário de Baran; denunciando as atrocidades do imperialismo ele era, contudo, mais confiante em sua capacidade de, através da desorganização da sociedade agrária preexistente, levar à expansão do capitalismo na Índia, ao mesmo tempo em que era absolutamente cético com relação às possibilidades dinâmicas do modo de produção asiático (19).

Baran, que foi sobretudo um grande crítico, mas que conhecia muito bem a natureza dos conceitos com os quais operava, reconhece que, em realidade, sua consideração das possibilidades de desenvolvimento autônomo da Índia constituíam uma "pura especulação". Especulação que ele busca, contudo, legitimar através do contraste da Índia com o Japão, que *se desenvolveu porque foi "o único país (asiático) que teve a oportunidade de ter um desenvolvimento nacional independente"* (20). Dêste modo, o argumento que começa com um conceito especulativo termina também especulativamente: tendo em conta que os países ricos mantiveram a autonomia e os países pobres perderam-na, "conclui-se" que uns são ricos porque a mantiveram e outros são pobres porque a perderam; donde "se conclui" também que é suficiente provar a falência do capitalismo nacional para termos provada a inevitável falência do capitalismo em geral; finalmente, assim se justifica a premissa nacional como necessária ou pelo menos como suficiente para a análise das possibilidades do capitalismo nos países colonizados.

Seria o caso de confrontar agora a "teoria da dependência" com a teoria do imperialismo de Lenin. É certo que Lenin, do mesmo modo que Hobson antes dêle, fala da existência de "países dependentes" (21) e esta semelhança de palavras poderia aparecer como um sinal de parentesco teórico. Mas a semelhança quase que

(19) MARX, K. — *On colonialism and modernization*, New York, Anchor, 1969, p. 132-139.

(20) BARAN, Paul — op. cit. p. 218-219 e seguintes (grifos meus, F.C.W.).

(21) LENIN, V. — *El Imperialismo*, Moscou, Ed. en Lenguas Extranjeras, 1947, p. 106-111.

termina aí. A começar pela diferença mais evidente (em relação à “teoria da dependência” como em relação àquela de Baran), cabe mencionar o referente à periodização histórica: a “teoria de dependência”, do mesmo modo que a de Baran, buscando captar o “modo de ser” do capitalismo dependente, é superinclusiva também a êste respeito, pois de fato se refere a tóda a história passada da América Latina; a teoria leninista é mais restritiva e se refere ao período que se inicia com o último quartel do século XIX (22). Está claro que esta diferença de periodização corresponde a diferenças teóricas de base: na teoria de Lenin, o imperialismo não se define a partir de uma premissa política (a Nação) mas como uma fase particular do desenvolvimento capitalista, ou seja, a partir das relações de produção, com o aparecimento dos monopólios e a fusão do capital bancário com o industrial (23). Ademais, consiste numa teoria construída com vistas a explicar duas questões referentes aos *países imperialistas*: a inevitabilidade da guerra e a formação de uma aristocracia operária. Neste contexto, as referências aos “países dependentes” são apenas secundárias. Cabe mencionar ainda uma última diferença importante. É sabido que, ao apoiar-se na caracterização da existência de monopólios, a teoria de Lenin caracteriza também uma tendência à estagnação econômica. De nôvo, porém, êle se refere aos países imperialistas, não aos “países dependentes” *sobre os quais observa exatamente o contrário*: “onde mais cresce o capitalismo é nas colônias e nos países transoceânicos”. Ele não se refere evidentemente ao capitalismo autóctone, mas exatamente ao que vem de fora: “nas colônias, o capitalismo apenas começa a desenvolver-se. A luta pela América do Sul se exacerba cada dia mais” (24).

A maneira de resumo, gostaria de apresentar meu argumento da seguinte forma: 1 — a noção de “dependência estrutural” toma a idéia de Nação em pé de igualdade com o conceito de classe (relações de produção, etc.) como se fôsse um princípio teórico; 2 — uma teoria de classe não necessita da premissa nacional para expli-

(22) Idem — op. cit. p. 101.

(23) Idem — op. cit. p. 115-116.

(24) Idem — op. cit. p. 125-127.

car o desenvolvimento capitalista; 3 — se se aceita o segundo argumento, a "teoria da dependência" deixa de ser uma teoria ou um conceito de caráter global sobre a sociedade latinoamericana e deve ser tomada apenas como a indicação de uma problemática nova, nascida da falência das teorias convencionais sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina. Chamo a atenção para dois tópicos de relevância nesta problemática: primeiro, o referente à necessidade do estudo das estruturas reais do processo de acumulação do capitalismo *tout court* na América Latina (enfim, se é certo que as ilusões nacionais sobre o capitalismo morreram, mais certo ainda é que o capitalismo como tal permanece vivo e ativo em muitas partes); segundo, se as ideologias nacional-burguesa e nacional-pequeno-burguesa falharam no plano econômico, que posição atribuir então ao "problema nacional" no quadro presente e futuro das relações políticas e ideológicas entre as classes? Em outras palavras, que significações deverão ter os valores nacionais e a "cultura nacional" para as diferentes classes que hoje se confrontam na América Latina e para suas diferentes estratégias de transformação (ou preservação) do poder e do sistema econômico-social vigentes?